

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS**

Marina Cruz dos Santos

**POLÍTICA PÚBLICA E RECONHECIMENTO ÉTNICO: LUTAS,
DIREITOS E DESEJOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SACO
BARREIRO - MG**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Colegiado do Curso de
Ciências Socioambientais da
FAFICH/UFMG como requerimento parcial
para obtenção de grau de bacharelado em
Ciências Socioambientais**

**Orientador: Prof. Dr. Klemens Augustinus
Laschefski**

Belo Horizonte

Junho de 2015

Agradecimentos

Com enorme alegria completo mais essa etapa da minha vida, com a certeza de que o percurso trilhado valeu a pena. Após tantos esforços para continuar minha caminhada, olho para trás e vejo que a força e fé, emanadas por Deus, são elementos essenciais para alcançar o que se deseja.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe Geni e meu irmão Geison, por estarem ao meu lado em todos os momentos, dando-me compreensão e amor. Aos meus tios, Elizabeth e Genilson, pelo apoio e incentivo. Ao meu primo Thalles e amiga Aline Dias, por apoiarem minha monografia através das dicas prestadas. Às amigas Stephanie, Bruna, Viviane e Camila pelo carinho e companheirismo, nos momentos bons e nos nem tão bons assim.

Agradeço a Adriane, amiga e chefe, pelo apoio despendido em todas as vezes que precisei me ausentar do trabalho pelo motivo dos trabalhos de campo do curso. Agradeço também as minhas companheiras de setor, por me auxiliarem e compreenderem os dias que não pude estar presente.

Agradeço ao meu orientador, Klemens Laschefski, pela oportunidade de ter me concedido a bolsa de Iniciação Científica Voluntária, além de ter me motivado a prosseguir com o tema desta monografia, dando suporte e apoio as viagens que necessitei realizar para concretizá-la. Agradeço a Thaynã e Amanda, que além da amizade construída ao longo da caminhada, estiveram presentes na construção deste tema. Gratidão ao Alexandre, Matheus, Maria Letícia, Max, Flávia e Isabel, companheiros de projeto e que me auxiliaram nas conversas de campo.

Agradeço ao professor Matheus Ramirez, pela primeira conversa que tivemos sobre a comunidade de Saco Barreiro, no momento em que reavivei meu direcionamento em relação ao curso. Agradeço a Wilton e a toda comunidade de Saco Barreiro, que desde a primeira visita em 2013, nos trataram com hospitalidade, humildade, confiança e presteza.

Resumo

O presente trabalho consiste em um estudo de caso realizado junto à comunidade quilombola de Saco Barreiro, localizada no município de Pompéu, Minas Gerais, sobre a importância que o reconhecimento étnico possui para a luta em relação à aquisição de políticas públicas pela comunidade. Apesar de direitos garantidos, o quilombo enfrenta problemas quanto ao controle e expropriação de seu território, havendo a busca por autonomia e vida digna para reproduzir-se socialmente. Por fim, apresento as projeções que os comunitários fizeram em relação ao futuro, através da elaboração da Cartografia Social com a finalidade de oferecer subsídios para realização de políticas públicas adequadas aos interesses e necessidades da comunidade.

Palavras chave: Futuro, luta, políticas públicas, quilombo, reconhecimento étnico, território.

Abstract

This work is a case study conducted by the quilombo Saco Barreiro, in the municipality of Pompéu, Minas Gerais, about the importance of the ethnic recognition has to fight for takeovers of public policies by the community. Despite guaranteed rights, the quilombo faces problems regarding the control and expropriation of their territory, with the search for autonomy and dignified life to reproduce socially. Finally, I present the projections that Community made in the future, through the development of Social Mapping for the purpose of providing grants to conduct appropriate public policy to the interests and community needs.

Keywords: Future, fight, public policies, quilombo, ethnic Recognition, territory.

Siglas e Abreviaturas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AGROPÉU – Agro Industrial Pompéu S/A

APP – Área de Preservação Permanente

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CODEMA – Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente

CONAQ – Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FAPEMIG – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FCP – Fundação Cultural Palmares

FNB – Frente Negra Brasileira

FNDE – Fundo Nacional de Educação

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MEC – Ministério da Educação

MI- Ministério da Integração Nacional

MINC – Ministério da Cultura

MME – Ministério de Minas e Energia

MNU – Movimento Negro Unificado

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PBQ- Programa Brasil Quilombola

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PROALCOOL – Programa Nacional do Álcool

PRONAF – Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPPIR – Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TEN- Teatro Experimental do Negro

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

UHC – União dos Homens de Cor

Índice de Ilustrações

Figura 1: Localização de Pompéu em Minas Gerais. Elaboração: Carolina Panzera, 2014.....	20
Figura 2: Em vermelho, localização da Comunidade de Saco Barreiro em Pompéu-MG. Elaborado por: Carolina Panzera, 2014.....	21
Figura 3: Limite da comunidade ao lado esquerdo e plantação de cana ao lado direito. Foto: Marina Santos, set/2013.	26
Figura 4: Mapa Atual da Comunidade de Saco Barreiro, Foto: Marina Santos, 03/05/2015...	29
Figura 5: Mapa do passado da comunidade de Saco Barreiro. Foto: Maria Letícia Alvarenga, set/2014.....	30
Figura 6: Placa da Fundação Nacional de Saúde indicando as ações voltadas à instalação de banheiros. Marina Santos, set/2013.....	34
Figura 7: Casa de pau a pique e argila branca. Foto: Marina Santos, set/2013.....	36
Figura 8: Igreja da comunidade. Faixa que representa a luta pelo território. Foto: Marina Santos, set/2013.....	38
Figura 9: Feira local realizada aos sábados. Foto: Marina Santos, 02/05/2015.	39
Figura 10: Elaboração do Mapa do Futuro de Saco Barreiro. Foto: Marina Santos, 03/05/2015.	44
Figura 11: Elaboração do Mapa do Futuro de Saco Barreiro. Foto: Marina Santos, 03/05/2015.	45
Figura 12: Mapa do Futuro da Comunidade de Saco Barreiro. Foto: Marina Santos, 03/05/2015.....	47
Figura 13: Território pleiteado pela Comunidade de Saco Barreiro. Fonte: Imagem de Satélite Google Earth, DATA DATA. Elaboração: Carolina Panzera, 2014.	50

Sumário

1. Introdução.....	8
2. Política pública e movimento social: a luta do movimento negro no Brasil.....	10
2.1 O conceito de política pública e o surgimento dos novos movimentos sociais.....	10
2.2 Pondo fim a invisibilidade: a ascensão do movimento negro e quilombola.....	13
3. A comunidade Quilombola de Saco Barreiro	19
3.1 Breve histórico	19
3.2 Conflitos e reivindicações.....	23
3.3 Cartografia social como ferramenta para a formulação de políticas públicas	28
3.4 Empoderamento do quilombo após reconhecimento: acesso a políticas públicas....	31
4. Saco Barreiro: reprodução social, paradigma do desenvolvimento rural sustentável e expectativa de um futuro melhor	36
4.1 A utopia do patrimônio familiar na comunidade	36
4.2 Desenvolvimento rural e o fenômeno da pluriatividade	40
4.3 Uma projeção para o amanhã: a construção do Mapa do Futuro.....	43
5. Conclusões	48
6. Referências Bibliográficas	51
Apêndice - Declaração de Autoria.....	56

1. Introdução

Quando tive a oportunidade de conhecer a comunidade de Saco Barreiro no ano de 2013, através de indicação do professor Matheus Anchieta Ramirez, do Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), descobri naquele quilombo como a simplicidade e a fé caminham lado a lado, substrato que alimenta a força e resistência que marcam cada um de seus membros. Todos os intercalços que se opõem no caminho pela autonomia territorial, econômica, cultural e social são enfrentados com coragem, havendo na luta a alternativa de manter a comunidade viva.

Foi a primeira vez que visitei o município de Pompéu – Minas Gerais, desconhecendo os inúmeros temas de estudos que poderiam ser abordados naquele lugar. Cidade com 29.105 habitantes¹, Pompéu é palco de lutas territoriais, que além das reivindicações da comunidade quilombola de Saco Barreiro, há a presença do povo indígena Caxixó, estes que possuem solicitação da titulação de seu território em andamento junto a Fundação Nacional do Índio (Funai); assentamentos da reforma agrária, dentre eles Assentamento Paulista, 26 de Outubro, Queima Fogo; fazendeiros que se dedicam a produção leiteira; e, por fim, a presença da Agro Industrial de Pompéu S/A – Agropéu, agroindústria forte na cidade, dona de extensas plantações de cana de açúcar e eucalipto.

Como bolsista de Iniciação Científica Voluntária no projeto denominado “Biocombustíveis e Mudança do Uso da Terra em Minas Gerais”, coordenado pelo professor Klemens Augustinus Laschefiski, do Departamento de Geologia da UFMG, apoiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) tive interesse nas demandas territoriais que partiam de Saco Barreiro, em contraposição as demandas dos indígenas Caxixó e da empresa Agropéu. Logo ao iniciar os primeiros estudos na região, realizei apresentação sobre o tema denominado “Cana de açúcar e demanda territorial: a tentativa de invisibilidade da comunidade Quilombola de Saco Barreiro, Pompéu-MG” na Semana de Iniciação Científica da UFMG (2013).

Daí, continuamos os estudos em Saco Barreiro, uma vez que a comunidade encontra-se encurralada por um imenso canavial, fruto dos incentivos governamentais por produção de

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em 13 jun 2015.

biocombustível, fonte limpa e renovável em contraposição aos combustíveis fósseis, concepção defendida através de programas, como o Pró-álcool que incentivam o álcool como principal matéria-prima para produção de etanol.

O despertar acerca do tema desta monografia ocorreu desde a minha primeira visita a comunidade, quando os moradores relataram a dificuldade que tinham em ter acesso às políticas de governo na cidade, dentre elas a assistência técnica e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Em consequência, ampliei as pesquisas não somente em relação às políticas agrícolas, mas também as outras políticas direcionadas as comunidades quilombolas e que integram o Programa Brasil Quilombola, elaborado pelo governo federal.

Portanto, este trabalho possui como objetivo demonstrar como o reconhecimento étnico é um impulsionador para a requisição de direitos ocultados por décadas as comunidades rurais quilombolas. Apesar de obter direitos assegurados juridicamente, as lutas dos quilombolas são necessárias para seu reconhecimento como cidadãos, havendo necessidade de se reformular a maneira como as políticas são elaboradas e implantadas para o grupo étnico, alertando para as especificidades e aspectos culturais das comunidades.

Agrego então a noção de política pública com a busca pela autonomia e direitos dos movimentos sociais no Brasil, dentre eles o movimento negro que inspirou o surgimento do movimento quilombola, ambos que lutam para que o reconhecimento nacional dos direitos dos negros seja garantido, originando as demais instituições que promovem a igualdade racial.

Passo, então, a apresentar o quilombo de Saco Barreiro, detalhando a maneira como a comunidade vem enfrentando as oposições a sua reprodução social, relacionadas às pressões territoriais, ao acesso restrito aos recursos naturais e as tentativas de invisibilidade as quais a comunidade enfrenta quanto à negação da existência de contaminação por agrotóxico ao qual estão expostos. As conquistas e reivindicações também são citadas, culminando na discussão acerca das propostas de desenvolvimento rural sustentável, justificativa de diversas políticas públicas.

Por fim, contrapondo as memórias do passado com os problemas do presente, exponho a atividade de projeção para o futuro, realizada junto aos comunitários, que tiveram a oportunidade de debater com seus familiares as esperanças e desejos de cada membro em relação aos seus projetos de vida, caso o território seja conquistado legalmente.

2. Política pública e movimento social: a luta do movimento negro no Brasil

2.1 O conceito de política pública e o surgimento dos novos movimentos sociais

Viver em sociedade requer estar em contato com diferentes segmentos sociais, estes que possuem interesses, aspirações e ideias variáveis. Como resultado, frequentemente tem-se presenciado tensões, que são problematizadas em uma série de conflitos, seja por juízo de valor ou até mesmo por atendimento as necessidades essenciais dos cidadãos. “Entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis” (RUA, 2009, p.16). Para isto, existem apenas dois meios: a coerção pura e simples e a política.

A coerção apresenta-se na forma de manter a ordem das relações interpessoais, seja através de normas e juízo de valor, seja no ato de reprimir através da força física, como nas ações de cunho policial. As instituições, com suas diversas formas de representação que vão desde o núcleo familiar até ao Estado, providas de poder sobre os indivíduos, estabelecem as condutas, estas fortemente vinculadas às tradições e costumes de uma sociedade. A fim de se evitar desgastes e excessos de brutalidade, a alternativa mais favorável à administração dos entes do Estado se direcionou a política, numa tentativa de manter a nação sob controle.

Por política, RUA (2009, p.17) define como “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Porém, a noção de política se mostra bastante desgastada, o motivo atribui-se a confusão que muitos fazem em relacionar política com governo, refletindo-se em algo prejudicial a todos. As recorrentes polêmicas que cercam a gestão governamental também compõem a maneira como as pessoas lidam com o significado de política, sendo necessária a aplicação dos termos *politics* e *policy*.

Politics se refere às atividades políticas, refletindo nas relações de poder e que pretendem alcançar uma solução pacífica as formas de conflito relacionadas a decisões públicas. Já o termo *policy* se baseia nas estratégias utilizadas para a sugestão de propostas, tomada de decisões e ações concretizadas que partem das organizações públicas. A *policy* é o significado mais aproximado de política pública, pois resulta das atividades políticas (*politics*), sendo os atos, propostas e possíveis soluções que envolvem os atores sociais.

Em manual elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-MG, 2008, p.5), política pública é definida como “a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.” E ainda complementa:

É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. (Sebrae, 2008, p.5).

Em suma, as políticas públicas são envoltas por interesses, que partem dos atores sociais representados pelos entes estatais (Governo ou Estado) e pelos entes privados (Organizações Não-Governamentais, sindicatos, associações, dentre outros, denominadas de sociedade civil organizada). Cabe ao poder público atender as demandas oriundas dos entes privados, que por diversas vezes entram no campo de disputas, tendendo a formação de alianças entre movimentos sociais. Nem sempre as soluções se enquadram as expectativas de todos os grupos, mas para que o interesse público seja atingido, é preciso que se maximize o bem-estar social. Para tanto, torna-se de extrema relevância que as demandas requisitadas pelos movimentos articulados despertem a atenção dos entes dos poderes públicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), uma vez que estes julgarão o grau de relevância sobre determinada reivindicação.

À medida que as reivindicações surgem, os atores públicos definem quais são os principais problemas, atribuindo-lhes graus de prioridades, assim como quem serão os beneficiados ao final do processo. Os mais relevantes são incluídos na Agenda Governamental, mas mesmo assim, não significa que serão aceitos de imediato, pois, há necessidade que “diversos fatores se juntem, tais como vontade política, mobilização popular e a percepção de que os custos de não resolver o problema serão maiores que os custos de resolvê-los” (Sebrae, 2008, p.12).

No cenário atual do Brasil, os movimentos sociais possuem um papel importante na formulação das políticas públicas, que atenderão a sociedade em geral ou que são criadas para o atendimento de grupos sociais específicos, como a política para comunidades quilombolas. Entretanto, a influência social exercida pelos movimentos deve-se as lutas travadas pela sociedade no decorrer do processo de redemocratização do Estado brasileiro (décadas de 1980-1990). A caminhada para a democracia fortaleceu e mobilizou diversos segmentos

sociais em prol da libertação diante do regime ditatorial opressor, requerendo seus direitos como cidadão e ressaltando suas reais necessidades. Os movimentos sociais populares na década de 1980, no Brasil, não buscaram unicamente melhorias econômicas, mas clamavam por “democracia de base e direta e pela ampliação dos direitos de cidadania, especialmente no plano social.” (DOIMO, 1995 apud ROSTOLDO, 2003, p.3).

Com a promulgação da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, grande parte do que fora negado e omitido passou a ter aparato legal, sendo requisitado por grupos e movimentos sociais que antes eram silenciados. O artigo 6º, que compõe o Capítulo II (Dos Direitos Sociais), reconhece os direitos fundamentais dos cidadãos, da seguinte maneira:

Artigo 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010 (BRASIL, 1998)

De acordo com Hochman et.al (2007), no final dos anos de 1970 e 1980, diversos estudiosos da área da Ciência Política tiveram a oportunidade de interpretar, de maneira mais aprofundada, a forma como o Estado brasileiro regia suas políticas, dando ênfase a Era Vargas e aos governos militares, que deixaram um legado nas áreas da “industrialização e desenvolvimento, saúde, previdência, habitação e planejamento urbano, entre outras” (2007, p.13).

Contudo, esforços da nova república de discurso democrático merece destaque, uma vez que com enorme dívida social, o Estado se viu pressionado a reformular suas ações institucionais, descentralizando e dando abertura à participação popular, além de se propor alternativas para que se criassem políticas setoriais como forma de reestruturar o Estado. Temáticas como saneamento básico, habitação, educação básica e saúde passaram a ser responsabilidade dos governos locais, que ficaram imbuídos de uma maior capacidade de decisão, administrativa e autônoma no âmbito de seu território.

O povo, que a partir daquele momento passou a ter maior visibilidade no âmbito da política brasileira, se fragmentou em diversos movimentos articulados, denominados de novos movimentos sociais, que segundo Gohn apud Araújo et.al (2009, p.27) “[...] na década de 80, novos movimentos sociais surgem e vão sendo resignificados, adquirindo uma nova

dimensão, com a participação de novos atores, tais como o das mulheres, os ecológicos, dos negros, dos índios, etc.”

Em analogia a teoria de Karl Marx², a infraestrutura deu lugar à superestrutura, onde as demandas requeridas pelo movimento de base homogênea no período ditatorial, em prol da liberdade econômica, democrática e melhoria de vida dos indivíduos, deu lugar, na década de 1980, ao advento de movimentos heterogêneos, onde cada um passou a reivindicar pautas distintas, como no âmbito “da cultura, de valores e de pertencimento a uma determinada sociedade (identidade)” (ARAUJO et.al, 2009, p.27), o que caberia a superestrutura na teoria de Marx. No momento em que o objetivo geral é conquistado (democracia), cada vertente social passou a reivindicar o que lhe era de direito, havendo um aumento nas requisições populares.

A luta por reconhecimento nacional, ditado pela defesa de uma única temática, marcou o período que ao invés de ser rotulado por diversos estudiosos de década perdida, deveria ser tratado como a década de maior representatividade e expressão ideológica que o país vivenciou. O movimento negro é um exemplo, pois representa um dos principais grupos que se manifestaram a favor de evidenciar sua identidade, da preservação cultural e da oposição à discriminação racial, a fim de superar barreiras históricas na sociedade brasileira, tomando partido de políticas públicas igualitárias, independentes de raça e etnia.

E é justamente este movimento que abrirá o caminho para que o movimento quilombola possa se fortalecer, lutando por direitos e políticas públicas que atendam as suas demandas. Ligadas por vertentes que se relacionam e se distanciam frequentemente, os movimentos são marcados por vitórias significantes, problematizadas a seguir.

2.2 Pondo fim a invisibilidade: a ascensão do movimento negro e quilombola

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que

² Karl Marx, em sua obra O Manifesto do Partido Comunista (1848), dividiu o modelo teórico social, criado por ele, em duas partes: a infraestrutura e a superestrutura. A infraestrutura era entendida como a base essencial para a construção da materialidade social, ou seja, ferramentas que garantiriam a produtividade (terra, força de trabalho, tecnologia, conhecimento, dentre outros). Sobre a infraestrutura se ergueria a superestrutura (direito, política, burocracia, ideologia, dentre outros) que confirmaria a desigualdade entre as classes.

os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (DOMINGUES, 2007, p.101).

Em 1850, com a proibição do tráfico negreiro através da Lei Eusébio de Queirós, a alternativa para garantia de mão de obra, principalmente para as lavouras, fora o incentivo da vinda de imigrantes italianos, espanhóis, holandeses, japoneses, dentre outros. Até 1888, a imigração cresceu ainda mais, uma vez que medidas para diminuição da escravidão foram adotadas através da concessão de alforrias, da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários.

Nascido após 1888, ano que marca oficialmente a Abolição da Escravatura, o movimento negro se articulou a favor da mobilização em prol da sobrevivência dos negros e seus descendentes. No âmbito da República Velha (1889), a segregação sobre a população negra aumentou consideravelmente devido às projeções de políticas públicas que tinham como foco o branqueamento da sociedade brasileira com o aumento do incentivo da vinda de imigrantes europeus para ocupar as frentes de trabalho nas zonas urbanas e rurais.

A miscigenação passou a ser alternativa ao “clareamento” da sociedade, gerando exclusão dos ex-escravos, estes que não eram dignos de frequentar o mesmo espaço que os brancos elitizados. Houve negação política, falta de emprego e segregação racial. “Os egressos do cativeiro e os afro-descendentes de um modo geral foram privados – ou tiveram dificuldades – de acesso ao emprego, à moradia, à educação, à saúde pública, à participação política, enfim, ao exercício pleno da cidadania.” (DOMINGUES, 2007, pg. 120).

Nas zonas rurais, grande parte dos ex-escravos fugidos e os escravos libertos se mantiveram nos quilombos³, também denominados de terras de preto, mocambo e comunidades rurais negras, estas oriundas seja através da compra por escravos alforriados, doações realizadas por proprietários falidos ou como recompensa de trabalhos realizados para a Igreja Católica, como também pela apropriação de terras incultas, motivada pela reprodução social. Vivendo de forma digna, os integrantes das comunidades vivenciaram uma série de pressões fundiárias, que partiam do incentivo governamental para que os latifundiários produzissem commodities, visando o mercado internacional e expulsando os quilombolas de suas terras.

³ Havia também quilombos nas zonas urbanas, sendo ambos habitados não só por negros, mas também por “indígenas, mulatos e outros segmentos sociais excluídos da ordem hegemônica” (HORTA et.al, 2013, p.24). Porém, a maioria das comunidades concentra-se nas áreas rurais.

Homens e mulheres negros, habitantes dos grandes centros urbanos, criaram diversos artifícios que pudessem suprir suas necessidades, na forma de pequenos clubes e associações tendo como fim “assistencialista, recreativo e/ou cultural” (DOMINGUES, 2007, p.103), como também a fundação da imprensa negra incumbida de expor as dificuldades as quais o negro liberto estava sofrendo à época. Contudo, essa articulação é por diversas vezes desmantelada, seja por motivo das mudanças governamentais, seja pela falta de enfoque político às reivindicações, algo que se agravou devido ao enorme distanciamento espacial entre os estados brasileiros, o que levou a interpor barreiras aos debates dentro do movimento.

Não sendo um movimento de base unificada, cada organização se atribuiu uma nomenclatura diferente, sendo a Frente Negra Brasileira (FNB) a primeira entidade negra em São Paulo (1931), extinguindo-se em 1937 com a ascensão do Estado Novo. Após, fundou-se a União dos Homens de Cor (UHC) em Porto Alegre (1943); o Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro (1944); e, por fim, mas não menos importante, o Movimento Negro Unificado (MNU), também no Rio de Janeiro (1978). Ressalta-se que esses movimentos de massa foram os que obtiveram maior destaque no Estado Novo e Período Ditatorial, mas que deram frutos a centenas de entidades negras nacionalmente.

Levantando a bandeira negra por todo território nacional, as ideologias do movimento se contrastaram a diversos discursos autoritários, advindos ora da ditadura Vargasista, ora da ditadura militar. A ideologia de que o Brasil era um “paraíso racial” (CARDOSO et.al, 2011, p.4), defendida pelos militares, trouxe diversas consequências ao movimento, que conforme Petrônio Domingues:

Ele (*golpe militar*) desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. (DOMINGUES, 2007, p.111, grifo da autora).

A discussão pública acerca da questão racial fora fortemente proibida e os militantes altamente censurados. A miscigenação serviu de propaganda para o governo militar, que projetou o Brasil internacionalmente como um país igualitário, isento de discriminação racial. Apesar de toda forma de repressão, as organizações negras se mantiveram firmes e em 1978 o movimento negro unificado propôs a união dos grupos antirracistas, como também

influenciou a inclusão das demandas das comunidades negras rurais do Brasil durante o processo de elaboração da Constituinte em Brasília (1987-1988).

As comunidades negras rurais, reconhecidas mais tarde como comunidades remanescentes de quilombos⁴, foram eleitas pelo movimento negro, segundo José Maurício Arruti (2008, p.106), o “ícone da resistência negra”. Mantendo uma “relação umbilical” (CARDOSO et.al, 2011, pg. 6) com este, o movimento quilombola ganhou força na década de 1990, esforçando-se para que a autonomia do movimento fosse conquistada. Segundo Cardoso et.al (2011), duas explicações podem ser dadas a esse desejo:

A primeira liga-se ao fato de este grupo étnico ter uma pauta específica, qual seja, a luta por território para grupos que estão em sua maior parte no meio rural, sendo necessário construir um movimento que atenda a essas especificidades. A segunda explicação está relacionada ao temor de que o movimento quilombola ficasse subsumido à ampla pauta do movimento social negro, sendo tutelados demais, fazendo com que os quilombolas ficassem submetidos a uma agenda e pauta definidas pelos movimentos sociais negros. (CARDOSO et.al, 2011, p.11)

A primeira vitória compartilhada entre os movimentos foi à inclusão da demanda quilombola no texto da Constituição Federal, através do artigo 68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), esta que diz que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”; como também dos artigos 215 e 216 que determinam:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. [...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

⁴ O Decreto 4887/2013, em seu artigo 2º, entende por comunidades remanescentes de quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2013).

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(...)

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1998)

Portanto, a luta do movimento negro pela conquista territorial das comunidades quilombolas se relaciona intimamente a conceituação do termo política apontada anteriormente. As atividades políticas as quais o movimento negro se inseriu, motivo que se atribui ao nível de reconhecimento popular ao qual havia atingido naquele momento, contribuiu para que se incluíssem os interesses do movimento na agenda governamental.

As reivindicações das comunidades quilombolas não cessaram principalmente no que tange a conquista pela titulação de seu território. Destacam-se algumas instituições públicas que apoiaram e foram criadas em prol das organizações, como a Fundação Cultural Palmares (1988), vinculada ao Ministério da Cultura, cujo foco de ação liga-se a promoção e preservação dos valores culturais, sociais e econômicos afro-brasileira, com demarcação dos territórios quilombolas (atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária atualmente) e reconhecimento das comunidades quilombolas através de certificações expedidas pelo órgão; e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), constituída em 1995 após o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas realizada em Brasília, cujo foco se centralizava na articulação voltada para planejar ações a favor da demarcação dos territórios como criação de outras políticas que atendessem as comunidades rurais, cobrando-as dos órgãos federais.

Ressalta-se que a luta por evidenciação e igualdade racial foi realmente reconhecida no período entre 2003-2010, período onde Luís Inácio Lula da Silva tornou-se presidente do Brasil. Durante seu governo, Lula desenvolveu diversos projetos e políticas sociais que passaram a atender à população marginalizada. Programas como Bolsa Família, Luz para Todos, acesso às universidades, aumento das oportunidades de trabalho e fortalecimento do salário mínimo, dentre outros, são alguns exemplos de que as políticas universais e essenciais são promotoras da igualdade racial. Nesse momento, foi criada a Secretaria Especial para

Promoção da Igualdade Racial (Seppir), fundada em 2003, atribuindo-lhe a função de formular, coordenar e articular as “diretrizes e políticas para a promoção da igualdade racial e a proteção dos direitos étnico-raciais, com ênfase na população negra”⁵. Em parceria com órgãos municipais, estaduais e federais, a secretaria desenvolve diversos estudos e diagnósticos que expressam as demandas dos povos e comunidades tradicionais, atendendo quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana e povos ciganos.

Todo o trabalho desenvolvido pela Seppir refletiu na elaboração do Programa Brasil Quilombola (2013), instrumento de extrema importância para normatizar as ações (de educação, saúde, trabalho, saneamento e moradia) voltadas para a melhoria de vida das comunidades quilombolas como políticas públicas de Estado. Onze ministérios, um instituto e duas fundações atuam em parceria com a Seppir, dentre eles a Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); Ministério da Cultura (Minc) e Fundação Cultural Palmares (FCP); Ministério das Cidades; Ministério da Educação (MEC); Ministério da Saúde (MS) e Fundação Nacional da Saúde (Funasa); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério da Integração Nacional (MI) e Ministério de Minas e Energia (MME) formando-se um Comitê Gestor responsável por criar parcerias com comitês estaduais integrantes da luta pela igualdade racial, resultando assim em uma gestão descentralizada. Apesar de alguns resultados significativos do programa já estarem sendo divulgados, muitos estados ainda não firmaram convênio com o comitê federal, refletindo-se em políticas isoladas e pontuais.

No Brasil há, aproximadamente, cerca de 3 mil comunidades quilombolas, sendo 2.422 oficialmente reconhecidas pelo Estado, 207 títulos da terra emitidos e 1573 comunidades estão com processo em andamento para titulação no INCRA. De acordo com dados extraídos do Painel de Monitoramento do Programa Brasil Quilombola (2013), dentre as ações propostas, as que dizem respeito à educação tem-se 2,2 mil escolas localizadas próximas às comunidades; há 541 médicos especializados em saúde da família do Programa Mais Médicos localizados em territórios quilombolas; foram distribuídas 13.939 Declarações de Aptidão ao Pronaf aos quilombolas; em relação ao saneamento básico (abastecimento de água), 26.690 famílias são atendidas por rede de distribuição, 37.656 famílias poço ou nascente, 4806 por

⁵ Seppir. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais-1>> Acesso em 20 mai 2015

cisterna, 7975 por outra forma; e, 5095 unidades contratadas em 2013 do Minha Casa, Minha Vida.⁶

A luta por conquista de direitos, através da cobrança da elaboração de políticas, consagrou a autonomia do movimento quilombola que passou a reivindicar diretamente com os órgãos que foram criados com essa finalidade. Coube, portanto, a esses órgãos a sugestão de propostas, elaboração de planos e ações, com foco na criação de políticas públicas.

Aos poucos, o movimento quilombola está alcançando melhorias na vida em comunidade, com conquista de seus direitos, cujo efeito poderá ser provado através das políticas públicas direcionadas para esse grupo étnico. No momento, cabe acrescentar ao presente trabalho a maneira como essas políticas possuem um poder de mudança na vida dos membros de uma comunidade quilombola, provocando uma série de expectativas e desejos relacionados à conquista do território, infraestrutura, atividades produtivas e cidadania dos membros em questão.

Cabe, portanto retratar, em um estudo de caso, o que os membros da comunidade de Saco Barreiro, localizada no município de Pompéu - MG almejam em relação ao futuro, contrapondo as marcas produzidas pelas batalhas advindas do tempo, dos conflitos enfrentados há séculos (e que só aumentam), e principalmente, a maneira com que eles lidam com as propostas de realização de políticas públicas em seu território, como também em relação à demora no retorno das suas reivindicações.

3. A comunidade Quilombola de Saco Barreiro

3.1 Breve histórico

Termo por diversas vezes ressemantizado, quilombo (do banto: povoação), constitui-se como um objeto aberto (ARRUTI, 2008), cuja definição é construída em relação ao tempo e ao espaço. Adjetivado por diversas vezes, o quilombo é a atribuição de um lugar disputado teoricamente e fisicamente, seja no âmbito histórico, antropológico, jurídico ou político,

⁶ Seppir. Painéis de Monitoramento. Disponível em: <<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/index.vm?eixo=1>> Acesso em 20 mai 2015

revelando-se como um ambiente onde as “compreensões frigorificadas” (nota de rodapé) (ALMEIDA, 2002 apud CARVALHO, 2014, p.39) foram sendo deixadas para trás.

Ao assumir sua diversidade histórica e específica, cada comunidade quilombola se reconhece como ator social independente, se autoafirmando e buscando a visibilidade a favor de seus direitos territoriais. Usando-se da definição de quilombos contemporâneos de José Mauricio Arruti (2008), as características inerentes a essas comunidades ligam-se a sua territorialidade específica, etnicidade e condições de remanescente, sendo este último vinculado à noção da historicidade que lhe garante reconhecimento histórico partindo das relações de desrespeito vivenciadas por seus ancestrais.

A comunidade quilombola, tema deste trabalho, é uma das várias existentes não só em Minas Gerais (o Estado possui 204 comunidades, 196 com processo aberto para titulação), mas em todo Brasil, que se enquadra nas noções de contemporaneidade construídas por Arruti. Localizada na zona rural do município de Pompéu (Figura 1), centro-oeste do estado de Minas Gerais, Saco Barreiro (Figura 2) encontra-se distante 20 km, aproximadamente, do núcleo urbano.



Figura 1: Localização de Pompéu em Minas Gerais. Elaboração: Carolina Panzera, 2014



Figura 2: Figura 2 – Em vermelho, localização da Comunidade de Saco Barreiro em Pompéu-MG. Elaborado por: Carolina Panzera, 2014.

As características que compõem o histórico da comunidade encontram-se em processo de resgate pelos moradores, não havendo linearidade quanto aos fatos expostos, sendo de extrema importância, para a elaboração, não só deste trabalho, mas de todos os outros que abordaram sobre o quilombo, as conversas informais vinculadas a prática da história oral. Os moradores são de extrema importância para que os fatos que marcaram o surgimento da comunidade sejam expostos de maneira fiel nos próximos parágrafos.

Sua origem é marcada pela pressão, perseguição e violência no campo, embora alguns habitantes de Pompéu tentem provar o contrário. Por diversas vezes, em visitas de campo realizadas desde 2013, os comunitários nos revelaram alguns casos de atrocidades vividas por seus ancestrais, ligando-as diretamente a Dona Joaquina de Pompéu (1752-1824), grande latifundiária a época, dona de diversas cabeças de gado e centenas de escravos. Amada e idolatrada na cidade, Dona Joaquina possui seu próprio museu, tendo sua história sido contada e recontada pelas mais variadas vezes, em diversos trabalhos acadêmicos e livros publicados.

O motivo de tamanha benevolência se deve ao fato de Dona Joaquina ter sido uma mulher a frente do seu tempo, administrando seus bens sozinha, uma vez que seu marido, Capitão Inácio de Oliveira Campos, passava dias fora, ocupado com as missões de apresamento de indígenas e negros fugidos nos sertões de Minas. Lidava diretamente com os negócios que envolviam, além das cabeças de gado, lavouras de milho, feijão, café, engenhos que fabricavam açúcar e cachaça, dentre outras atividades, estas que abasteceram por muitos anos a capitania de Minas Gerais, sendo gerida em caráter visionário. Ficando viúva, a responsabilidade recaiu sobre a mesma, triplicando seu império, fato confirmado em seu inventário, deixando a seus 10 filhos, 74 netos e 15 bisnetos,

[...] posses territoriais abrangiam diversos municípios como Pitangui, Paracatu, Abaeté, entre outros. As cabeças de gado espalhadas pelas fazendas ultrapassavam as 20 mil cabeças; aproximadamente mil eqüinos; cerca de uma centena de escravos avaliados, em média, a 150 mil réis cada. Havia uma grande quantidade de imóveis, prataria, ouro em barra, móveis, veículos de transporte, títulos de dívidas de fazendeiros vizinhos e outros bens que podiam nos dias atuais, chegar a um valor aproximado de 2 bilhões de reais (Noronha, 2007 apud Oliveira, 2009, p.2-3).

Embora para autores como Lindolfo Xavier e Antonio Campos Guimarães, Dona Joaquina é retratada como uma mulher dócil, religiosa e amiga de seus escravos, para alguns moradores antigos da comunidade a mesma é apontada como uma mulher rude, desonesta e violenta com os escravos. Certa vez, em conversa com um morador, em setembro de 2013, foi contada uma história de que Dona Joaquina, para conquistar mais cabeças de gado, atraiu um boiadeiro para uma tocaia, na promessa de comprar os animais, matando-o e ficando com toda sua boiada.

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/as-duas-faces-da-matriarca>

Conta-se que Dona Joaquina recrutava os indígenas Caxixó na função de jagunços a fim de administrar a fazenda e seus escravos, informação resultante da entrevista de Djalma, cacique dos caxixós, a Ana Flávia Santos (2003):

O ofício teria sido aprendido pelos índios em terras da própria Joaquina e sob suas ordens: Fazenda Quati era onde ela [D. Joaquina] dava aula pra eles, lá e no Diamante. Quando ela precisava de alguém pra bater no povo, bater nos nego, ela ia lá na Vargem do Galinheiro chamar eles. Era as famílias dos índios que enducava o povo pra ela (ibid) DJALMA VICENTE DE OLIVEIRA, p.34

Portanto, a autora problematiza a questão ressaltando a aliança política entre os índios e Dona Joaquina que os utilizavam para evidenciar seu controle sobre as populações presentes em seu território, dentre elas, a mão de obra escrava.

Daí em diante a história se perde, obtendo como comparação a relação dos ancestrais próximos de Dona Joaquina e dos quilombolas de Saco Barreiro. Em conversa com Wilton de Almeida, líder comunitário e presidente da associação, em maio de 2015, a história do quilombo se inicia com seu bisavô, João de Almeida⁷, este que trabalhava como lavrador e meeiro de um fazendeiro da região. Este, segundo relato de Wilton, deixava seu bisavô morar em lugares pré-determinados de suas fazendas, sendo expropriado a cada expansão territorial. De acordo com Maria Letícia Carvalho (2014), em monografia realizada sobre a comunidade,

Segundo os moradores, na época dessa expropriação os fazendeiros chegavam ao local em que o grupo estava com o interesse de usá-lo como pasto, pois a área cultivada pelos quilombolas já havia sido preparada e aberta por eles. Esses fazendeiros “davam” então ao grupo terras adiante: eles iam, preparavam a área para plantar as roças e em seguida, os fazendeiros chegavam novamente interessados na terra “limpa para o gado”, oferecendo-lhes terras em outro lugar. Assim o processo se repetia. (p.47).

Assim, a história foi se repetindo com Agenor de Almeida e Waldomiro de Almeida, avô e pai de Wilton, respectivamente, até o núcleo familiar chegar à localização atual, ao qual a comunidade se situa, a beirada do Córrego Pari, consequência dos arrendamentos e venda das fazendas vizinhas para a empresa sucroalcooleira Agropéu – Agroindustrial de Pompéu S/A e motivo do “encurralamento” de Saco Barreiro.

3.2 Conflitos e reivindicações

Saco Barreiro é composta por quarenta e seis famílias, sendo a maioria (exceto aqueles residentes na região e que casaram com membros da comunidade) pertencente à família Almeida. Dezesete famílias residem atualmente nos sete hectares circundados por extensas terras ocupadas pela plantação de cana-de-açúcar, matéria-prima para produção de álcool combustível e açúcar da Agropéu S/A. As outras vinte e nove famílias migraram para a cidade, alguns deles integrantes de assentamentos de reforma agrária, devido à falta de espaço oriunda da pressão territorial promovida pela empresa, além de outros problemas vivenciados pela comunidade.

⁷ Vale salientar que de acordo com conversas anteriores, o bisavô de Wilton aparece hora como escravo, hora como ex-escravo. Importante frisar que mesmo em condição de escravo ou ex-escravo, houve um momento histórico em que os negros podiam trabalhar em pequenos lotes, concedidos em usufruto e localizados longe do núcleo produtivo principal. Denominado por Rui Erthal (2000, p.268) de “brecha camponesa”.

Reconhecida como remanescente de quilombo, Saco Barreiro recebeu sua Certificação de Auto-Definição pela Fundação Cultural Palmares em 2008, logo após a conscientização identitária do grupo realizada pelos comunitários. Em visita a campo em maio de 2015, Wilton revelou que esse processo de autorreconhecimento dos moradores começou em 2004, logo após todos serem afetados pela falta de emprego, tendo o líder comunitário a ideia de constituir uma associação. Questionados em relação à origem do nome da comunidade, os quilombolas buscaram com os moradores e fazendeiros mais antigos da região, como e para quem seus ancestrais trabalhavam, além da forma que eles viviam.

Os quilombolas que moram em Saco Barreiro prestam serviços temporários aos fazendeiros da região, na função de ordenhador, roçador de pastagem, trato dos animais, limpeza de curral, dentre outras atividades que vão aparecendo conforme a época. Algumas mulheres trabalham como lavradoras e diaristas nas fazendas próximas. Silva (1980) denomina esses trabalhadores como “operários e camponeses” (p.69), uma vez que os mesmos vendem sua força de trabalho para que possam sobreviver no campo, obtendo no trabalho assalariado parte dos seus meios de sobrevivência.

Apesar destas atividades esporádicas, cada membro possui, no interior de suas casas, uma horta, além da criação de pequenos animais como porcos e galinhas, capazes de fornecer-lhes a subsistência necessária à família. O que falta na casa de um é suprida, através de comercialização interna, para o outro. Apenas Wilton e Wander trabalham como feirantes em Pompéu, comercializando seus produtos aos sábados, pela manhã. Dos quilombolas que moram nas cidades de Pompéu e Pitangui, alguns trabalham roçando pasto, como padeiro, na Agropéu S/A ou na empresa Alterosa, que possui área extensa de eucalipto na região.

Quanto aos problemas enfrentados pela comunidade, a questão do agrotóxico é a primeira a ser citada pelos comunitários. Localizados a uma distância inferior a dez metros do canavial (Figura 3), a comunidade vem sofrendo com a aplicação de agrotóxicos e maturadores próximo e sobre a comunidade. Em monografia realizada sobre a comunidade, Alexandre Coelho (2013) relatou, após entrevista com Wilton,

Em época de aplicação, relatou ser comum os moradores sentirem ardência nos olhos, irritações na garganta, dores de cabeça e mal estar, principalmente quando o uso dessas substâncias é feito por avião. A aplicação aérea se caracteriza um grande problema, principalmente em decorrência dessa proximidade da comunidade com os canaviais, haja vista que o vento transporta parte dessas substâncias diretamente para o quilombo. Ademais, Sr. Wilton também relatou que o avião sobrevoa as casas para fazer o retorno e novamente aplicar as substâncias na lavoura, sendo assim, é

bastante provável estarem sendo depositados resíduos durante este percurso. (Entrevista em setembro de 2013, apud COELHO, p.33).

Após os moradores apresentarem diversos sintomas que indicavam intoxicação, o médico que atuava no município a época realizou exames de sangue em todos, sendo encaminhado a Belo Horizonte sob a responsabilidade do Prof. Dr. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁸. Apesar de que os sintomas e problemas de saúde detectados na comunidade apontarem para os efeitos de intoxicação provenientes dos agrotóxicos, não há nenhuma comprovação científica que afirme algo que já está diante dos olhos de quem está disposto a enxergar.

Os quilombolas também citaram a morte dos animais da comunidade, com galinhas sendo mortas após ingerirem as cigarrinhas, pragas da cana que é combatida pelo agrotóxico; vacas que apresentaram leite inconsumível devido à pastagem contaminada; e animais de estimação, como os cães que adoeceram após a aplicação do “remédio da cana” (Neide de Almeida, moradora do quilombo, 2014).

Entretanto, há necessidade que se prove que os comunitários estão sendo contaminados pelos agrotóxicos, mesmo que os sintomas que muitos apresentam correspondam às indicações das bulas dos agroquímicos utilizados pela empresa Agropéu, como revelou pesquisa realizada por Coelho, 2014. Esse processo é entendido como “nexo de causalidade”, ou seja, a ligação da conduta do agente à produção do resultado (STIVAL et.al, 2013, p.462). Para que as responsabilidades socioambientais sejam assumidas, é necessário que a relação causa e efeito seja comprovada cientificamente, utilizando-se de provas concretas (exames de saúde, análises laboratoriais, exames toxicológicos, dentre outros) que confirmarão a existência de contaminação.

Vivendo em estado de incerteza permanente, os quilombolas são expostos a riscos de contaminação que perduram de acordo com a forma de aplicação e as características dos defensivos agrícolas. Tendo suas queixas ignoradas pelos órgãos públicos, o grupo é obrigado a suportar o sofrimento causado pela impossibilidade de receber ajuda. A inércia dos representantes públicos se deve a cobrança do nexos causal que indique a ligação dos problemas com a aplicação dos produtos químicos, como também o interesse da prefeitura e da empresa de não por em risco o agronegócio no município.

⁸ Até a última visita a campo, em maio/2015, não havia nenhuma resposta em relação aos exames supracitados.

De acordo com as falas do prefeito em conversa realizada em outubro de 2013, “[...] alguém mal-intencionado botou na cabeça daqueles coitados” que eles estão sendo envenenados, existe uma dupla negação nos depoimentos dos quilombolas, sendo motivado pelo entendimento hegemônico da não comprovação técnico-científica e a desqualificação dos que se dispõe a auxiliá-los, não havendo diminuição dos riscos de contaminação. Portanto, ocorre um processo de subalterização dos quilombolas e sofrimento social (KLEIMAN, 1997 apud TEIXEIRA, 2014, p. 144) exercida pelas instituições oficiais.



Figura 3: Figura 3: Limite da comunidade ao lado esquerdo e plantação de cana ao lado direito. Foto: Marina Santos, set/2013.

Outra questão que atinge a comunidade está relacionada à escassez de água, que por sua vez, há indícios de contaminação por agrotóxicos. As casas se encontram próximas ao Córrego Pari, importante recurso de onde se realizava a retirada da água para consumo e irrigação da produção familiar. Porém, com as transformações quanto à cor e diminuição de água, indicativo de que o córrego já não estava mais como antes, os moradores construíram cisternas, destinado ao consumo familiar. Porém, quanto ao uso para irrigação, os comunitários atentaram para a baixa vazão que o córrego apresentava, devido à bomba de sucção que a Agropéu havia colocado a montante do curso d'água (CARVALHO, 2014, confirmado por observações próprias em maio de 2015).

Wilton relatou, em maio de 2015, que devido à falta de água se encaminhou até o departamento policial da cidade, a fim de denunciar a empresa em questão. Contudo, o problema somente se resolveu através de um acordo entre ele e alguns funcionários da Agropéu, que lhe deram alguns metros de mangote para se retirar água do Pari.

Uma terceira questão que pesa sobre o convívio comunitário é em relação à regularização fundiária da comunidade, processo requerido em 2009 no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que encontra-se em tramitação no órgão federal (na ordem de processos abertos, a comunidade encontra-se na 105ª colocação)⁹. Por Pompéu ser um município onde há diversas propriedades arrendadas/vendidas a Agropéu S/A, a comunidade, ciente de seus direitos territoriais garantidos através do artigo 68 (ADCT) da Constituição Federal, solicitou a abertura do processo em questão, a fim de conquistarem a propriedade legal de suas terras, como também forma de acabar com as pressões advindas da empresa.

Tendo esperança que ameaças dirigidas a eles acabariam, como o caso relatado pelos moradores a Maria Letícia Carvalho (2014), quando a tia mais velha dos mesmos, já falecida, havia sido ameaçada com revólver pelos fazendeiros, que queriam usar sua casa para guardar agrotóxicos, deposita-se a crença de que com o documento da posse da terra em mãos, fatos como esse não se repetiria. Outro fator que conduziu os quilombolas a solicitarem a abertura do processo é, mais uma vez, a questão da contaminação da comunidade, na esperança de que comprovando a existência dos quilombolas no território pelas vias legais, a empresa não utilizará mais os aviões para aspersão do agrotóxico.

Dependente da primeira etapa do processo de titulação, a qual é feita a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)¹⁰, a comunidade abre-se para parcerias com os que possuem o objetivo em contribuir com o andamento do processo, na esperança que os estudos feitos sejam um aparato a mais ao requerimento dirigido ao INCRA. Como contribuição ao processo de atendimento da política pública direcionada a demarcação territorial, realizamos no âmbito do projeto Biocombustíveis e Mudança no Uso da terra em

⁹ INCRA. Processos abertos por região. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>> Acesso em 30mai2016

¹⁰ De acordo com Decreto 4887/2003, o Incra poderá “estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas.”(Art. 3º, § 2). Devido a grande demanda de processos abertos no órgão, o que configura urgência em relação a titulação do território, provavelmente o RTID da comunidade de Saco Barreiro será elaborado através de acordo entre o Instituto e a UFMG.

Minas Gerais um mapeamento da comunidade, prestando assistência a favor da sustentação das reivindicações por atendimento público que partem dos quilombolas.

3.3 Cartografia social como ferramenta para a formulação de políticas públicas

Com a finalidade de promover a redução dos riscos a saúde e a garantia dos direitos constitucionais da comunidade, foi necessário que houvesse a definição concreta das terras quilombolas, através da dinâmica de mapeamento participativo. O meio escolhido para esse fim foi a realização da construção de mapas falados, com a adaptação de um método que integra o conjunto de propostas para o Diagnóstico Rural Participativo– DRP (VERDEJO, 2006)¹¹.

Em 2014, já tinham sido elaborados pelos comunitários um Mapa do Passado e um Mapa Atual, atividade promovida através da disciplina denominada “Intercâmbio Acadêmico Brasil-Alemanha: aulas práticas sobre conflitos ambientais em torno da produção de biocombustíveis em Minas Gerais”, ofertada através da parceria entre o departamento de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de Hamburgo (Alemanha). Através dela os comunitários puderam transpor para o papel suas vivências e cotidiano, além de refletirem como as coisas mudaram após os processos de expropriação ao qual sofreram todos esses anos. Esse processo se deve ao fato dos quilombolas terem sido movidos, de época em época, de uma região a outra, chegando ao local ao qual se situam atualmente.

Maria Letícia Carvalho, cientista social que participou da atividade, alerta para a seguinte impressão que teve durante o processo de construção dos mapas em seu trabalho de conclusão de curso:

Durante essa atividade, foram realizados dois mapas do território da comunidade, um referente ao local no presente e outro no passado. Para além dos mapas em si, a metodologia possibilitou com que pudéssemos presenciar um espaço rico de reflexões, percepções acerca do território e, sobretudo, com que ouvíssemos diversos casos e histórias por eles vivenciados, principalmente no que tangem os problemas referentes à aplicação de agrotóxico nos canaviais da Agropéu, no mapa

¹¹ Diagnóstico Rural Participativo foi criado na década de 1990, com o objetivo de instigar nas comunidades a busca por melhores condições de vida, construindo um reflexo de sua situação atual e como a realidade pode ser modificada através da participação ativa dos comunitários. Disponível em: <http://www.naveterra.net/2012/05/o-que-e-diagnostico-rural-participativo.html>. Acesso 20 de maio 2015.

do presente, e os processos de expropriação vivenciados pela comunidade ao longo do tempo, durante a realização do mapa do passado. (2014,p.14)

O resultado final do Mapa do Presente (Imagem 4) expôs fielmente a situação vivenciada pelos quilombolas, havendo destaque para extensão da cana-de-açúcar plantada, aos aviões e tratores, responsáveis por aplicarem o agrotóxico e a pequena área destinada à vegetação nativa. O número de casas se reduziu e a representação de áreas e animais envenenados prevalece no mapa. A área delimitada no mapa corresponde às áreas onde os quilombolas foram se estabelecendo, havendo destaque para o Córrego Curralinho, este que os comunitários indicam como sendo o primeiro lugar que eles se estabeleceram e o Córrego Pari.

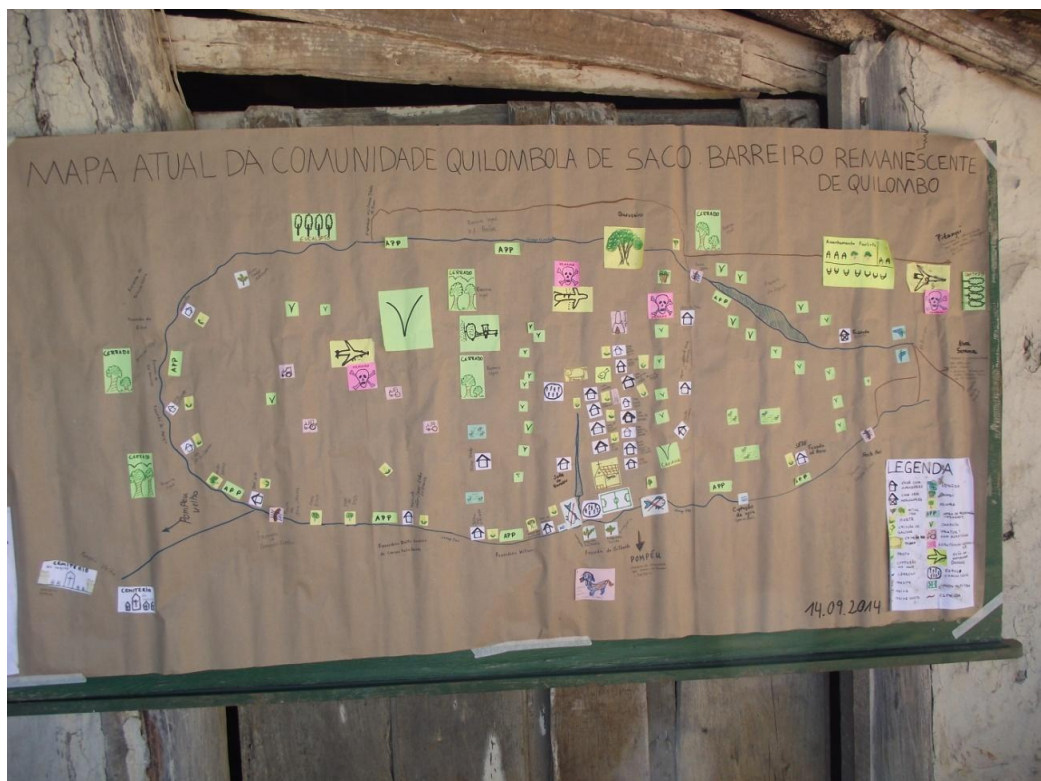


Figura 4: Mapa Atual da Comunidade de Saco Barreiro, Foto: Marina Santos, 03/05/2015

O Mapa do Passado (Figura 5), construído pouco a pouco, resultou em grande riqueza de detalhes, principalmente as características vividas no passado e que não sobreviveram ao presente. Com lembranças em mente, ora de um passado marcado pelo sofrimento, ora pelas alegrias, conta-se que cada um expressou suas vivências e histórias de vida da melhor maneira possível. Destacaram-se a grande quantidade de moradias existentes; a escola da comunidade, e que hoje deu lugar ao canalial; a abundância de água que lhes abasteciam, que além de auxiliar nas plantações, abastecia os córregos e rios; diversas nascentes que cobriam o

território, além da mata nativa marcada por espécies como o pequi, animais nativos como ema e veado, como também diversas árvores frutíferas que lhes forneciam laranja e gabioba.



Figura 5: Mapa do passado da comunidade de Saco Barreiro. Foto: Maria Letícia Alvarenga, set/2014.

Comparando-se um mapa com outro é possível observar a maneira como a comunidade sofreu forte delimitação em sua liberdade de circulação pelo território. Por vezes, são advertidos em suas idas e vindas a cidade, não podem retirar lenha da vegetação nativa restante, uma vez que constituem área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente (APP), cuja autorização é fornecida através de licença, como também não podem pescar nos rios, fato que se deve a escassez de peixes.

Cabe, portanto, salientar que apesar das tentativas de expulsão dos comunitários, muitos ainda sobrevivem no mesmo ambiente, apesar de todas as circunstâncias terem sido impostas com a intenção ao contrário. Tendo o reconhecimento como quilombola em mãos, houve uma mudança no tratamento dos membros da família Almeida na cidade, abrindo-se um novo campo capaz de alcançar os direitos por diversas vezes negados como acesso a escola, comercialização de mercadorias produzidas na comunidade, saúde, dentre outros entraves. Cabe, porém, no próximo capítulo detalhar todas as questões que dão a Saco Barreiro empoderamento, havendo alternativas de sobrevivência que defendem a base para o

desenvolvimento de comunidades quilombolas, como também o destaque para ações públicas relacionadas à promoção de políticas que são dirigidas às comunidades a favor de sua independência.

3.3 Empoderamento do quilombo após reconhecimento: acesso a políticas públicas

De acordo com as visitas de campo e das atividades realizadas, procuro a seguir elucidar melhor os conflitos da comunidade e concretizar reivindicações a respeito. Há aproximadamente sete anos, a comunidade de Saco Barreiro estava sendo reconhecida como quilombola, apresentando a Fundação Cultural Palmares as documentações referentes à Ata de Assembleia organizada pela Associação que comprovasse o desejo da maioria em tornar-se quilombola; registros fotográficos e estudos que estavam sendo realizados que comprovassem uma história comum do grupo e suas manifestações culturais; produção de relato que demonstrasse a história da comunidade; e a solicitação, direcionada ao presidente da Fundação, relativo à aprovação da emissão da Certidão de Autodefinição¹². Todo esse processo constituiu-se como algo benéfico à comunidade naquele momento, oportunidade de reconstrução da identidade do grupo que talvez estivesse perdida no imaginário de todos.

Porém, o deferimento da tão almejada certidão trouxe consigo uma série de responsabilidades, dentre elas a busca pela garantia de melhora na vida em comunidade, não somente para o líder comunitário, mas para todos que a partir daquele momento se auto declaravam quilombolas. Essa transformação, irrestrita a um documento oficial, proporcionou a mudança de postura dos comunitários em relação às suas reivindicações, à cobrança de suas demandas e participação no campo político na cidade de Pompéu. Ganhou-se não só identidade social, mas também identidade política (como convites a compor Conselhos no município)¹³, administrativa e legal.

Com o reconhecimento, a comunidade ganhou automaticamente direitos fundiários e culturais, transformando a visão de mundo dos comunitários, que através do reconhecimento jurídico propiciado por lei específica, garante a possibilidade de acesso a uma série de direitos (como educação, saúde, terra, dentre outras). Rebeca Ferreira (2012), alerta para a mudança

¹² Portaria nº 98 de 26 de novembro de 2007 – Fundação Cultural Palmares

¹³ Wilton foi convidado a eleger-se como vereador do município e a compor o Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente (CODEMA).

de postura que as comunidades precisam adotar para que seus direitos formais sejam conquistados da seguinte forma,

[...] para que tenham efetivo acesso aos direitos, devem agregar novas óticas, mudar viés, adotar novas práticas, sendo confrontados com limites dados pela generalidade da lei, em novo jogo reinterpretaivo que se articula, soma, conflita ou complementa ao que fora compartilhado e construído no decorrer do tempo (FERREIRA, 2012,p.343)

Adotando-se novas posturas, a dinâmica interna de uma comunidade pode ser contrariada, havendo a transição de uma comunidade comum, formada por laços familiares para uma comunidade remanescente de quilombo que permaneceu firme as oposições e repressões sofridas ao longo do tempo (evidência para resistência e luta). Em Saco Barreiro, muitos não acreditaram na formação de uma associação que pudesse contribuir para o acesso a direitos, havendo contradições internas no grupo, mas com o passar do tempo, as perspectivas se modificaram com a visibilidade social que o reconhecimento lhes proporcionou.

Tendo por base uma política redistributiva proposta pelo Estado, este que concede o acesso de políticas públicas a fim de suprir a dívida secular perante as comunidades negras, o quilombola tornou-se protagonista de sua história, reivindicando, denunciando e se destacando dentro da sociedade. Porém, a desconfiança e o fechamento do grupo são ações recorrentes, tanto em Saco Barreiro como em diversas comunidades.

Seja pela sensação de serem manipulados pelas instituições que o circundam, seja pelo cuidado que eles prezam ao receber visitantes no interior da comunidade, são situações que condizem com a história herdada de seus antepassados. Ainda que saiam para a luta diária, os comunitários se resguardam para que o que foi conquistado até o momento não seja perdido e que não percam a oportunidade de obter algo que estão lutando há tempos.

Entretanto, a comunidade de Saco Barreiro depara-se com uma série de barreiras que os impedem de ir à frente, representados pela dificuldade de acesso a informações, morosidade no atendimento a suas requisições e principalmente, a burocracia¹⁴ presente nos órgãos públicos ligados aos comunitários. É importante frisar que dificilmente uma comunidade que viveu, anos a fio, refém da discriminação, tendo acesso limitado à justiça, a política e aos recursos sociais e econômicos, e que em um instante se torna politizada, articulada e

¹⁴ Em dinâmica com a comunidade, em maio de 2015, os quilombolas relataram problemas em relação à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER) e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Quanto a EMATER, citaram a falta de assistência técnica e em relação ao STR falaram sobre a falta de interesse em ajudá-los por não contribuírem mensalmente com o sindicato, não obtendo direito ao voto.

consciente de todas as regras que regem os relacionamentos movidos por uma série de interesses e poder, mude sua conduta de uma hora para outra.

Arruti (2008) defende que a obrigação de participação direta das comunidades na elaboração de planos e ações que irão lhes atender para seu desenvolvimento sustentável proposto pelo decreto 4887/2003 é bastante ficcional ou inviável. A situação piora quando essas discussões são levadas ao plano municipal, ao qual o autor sugere dois elementos que devem ser recíprocos: um executivo municipal favorável as requisições quilombolas e “uma organização quilombola forte, articulada, informada e com livre trânsito entre as instâncias oficiais”¹⁵. E é justamente nesse ponto que a balança pende a cair para as comunidades quilombolas, que por diversas vezes são vistos como pobres e carentes, sendo dependentes de políticas assistencialistas, e influenciados pelo poder público local. Daí se justifica o ato de fechamento da comunidade como mencionado anteriormente.

Contudo, as boas propostas existem, promovendo democracia direta como prevista pelo decreto 4887/2003, este que abriu margem para a elaboração do Programa Brasil Quilombola - PBQ (2004)¹⁶ instituindo a Agenda Social Quilombola, através do decreto 6261/2007. Obtendo uma proposta idealizada em uma ação multiministerial, a agenda pauta-se na conquista das comunidades em obter acesso a terra, infraestrutura adequada, inclusão produtiva e cidadania através da elaboração de políticas públicas que os atendam.

Dos programas e ações integradas que compõem o PBQ, Saco Barreiro foi atendida pela Certificação, já citada anteriormente; pelas ações inseridas no Programa de Saneamento Básico através da Fundação Nacional de Saúde (Figura 6), esta que implantou alternativas para o esgotamento sanitário na comunidade em 2013, atendendo dez moradores com a construção de banheiros que possuem instalações hidrossanitárias com vaso sanitário e tanque de lavar roupa. Em conversa com Wilton sobre as novas instalações, em maio de 2015, o mesmo relatou que há utilização dos banheiros pelos comunitários apesar de até o mês da entrevista não ter havido limpeza das fossas. Quanto ao Bolsa Família, Wilton confirmou que algumas pessoas da comunidade são atendidas pelo programa.

¹⁵ ARRUTI, J. Políticas públicas para quilombos – Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da saúde. Disponível em http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigos. Acesso em 25 de maio 2015

¹⁶ Através da inclusão das demandas das comunidades quilombolas no Plano Pluri-Anual – 2004 a 2007 (Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, 2013, p.12)



Figura 6: Placa da Fundação Nacional de Saúde indicando as ações voltadas à instalação de banheiros. Marina Santos, set/2013.

Aos quilombolas é fornecido o serviço de energia elétrica, que, de acordo com Wilton, em maio de 2015, chegou à comunidade após sucessivas reuniões com o prefeito da época, mas não havendo nenhum retorno, os moradores se organizaram e se juntaram na frente da prefeitura para que houvesse resposta à requisição. O processo de instalação foi rápido, mas a mudança no valor da conta que chega aos quilombolas vem aumentando acerca de dois anos¹⁷. Procuraram então a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), esta que solicitou dos quilombolas uma relação do quanto de energia cada eletrodoméstico (como tanquinho de lavar roupa, geladeira, televisão, dentre outros) consome, alertando que a troca do transformador geraria um custo à comunidade. Alexandre Coelho (2013) relatou, após conversa com Wilton,

“(...) os principais responsáveis são o transformador e os cabos de energia, o primeiro por ser muito pequeno para alimentar todas as residências, e, o segundo, por serem muito finos e distantes das casas. Desta forma, colocando em uma linguagem mais técnica, quando os cabos esquentam, a energia elétrica se

¹⁷ Em 2013, Wilton já havia nos falado do aumento da conta de luz, com valores que variam de R\$ 90 a R\$ 200 reais por mês.

transforma em térmica, dissipando boa parte da carga que seria destinada às famílias, gerando um desperdício energético muito grande e refletindo-se assim nos altos valores cobrados nas contas de luz.” (p.22)

Observa-se que anos se passaram e o problema ainda persiste. A inclusão dos quilombolas no programa da Tarifa Social de Energia Elétrica seria uma alternativa viável, porém há necessidade da inscrição dos moradores no Cadastro Único para programas sociais, este vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Dos programas que os comunitários reivindicam pode-se citar o processo de Regularização Fundiária, também mencionado anteriormente e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com o requerimento para a inclusão ao programa Minha Casa, Minha Vida, solicitado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pompéu, Entidade Organizadora exigida pela Caixa Econômica e responsável por providenciar a documentação necessária a ser entregue ao banco. Em dinâmica realizada em maio de 2015, os quilombolas falaram sobre a demora no processo, uma vez que, as casas atuais já se encontram com rachaduras e com risco de desabar a qualquer momento. Muitos tiveram que sair de suas moradias pela dificuldade na manutenção das casas de pau a pique, elemento importante da construção social da comunidade, não havendo mais condições de habitabilidade.

Contaram que a proposta que obtiveram em relação ao Minha Casa, Minha Vida dizia respeito à constituição de uma agrovila na comunidade, mas os quilombolas discordaram e optaram em aguardar a demarcação dos lotes de cada comunitário para construir as moradias. Indagados em relação à forma de construção das casas, se mostraram preocupados em pesquisar materiais mais rentáveis que comporiam suas moradias, direcionando seus planos a construção de casas de alvenaria. Quanto às casas que se encontram de pé (Figura 7), possuem o pensamento em mantê-las, com a finalidade de preservar a cultura material da comunidade.



Figura 7: Casa de pau a pique e argila branca. Foto: Marina Santos, set/2013

Quanto ao acesso a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), os quilombolas não o possuem em sua forma jurídica, mas, quando o assunto foi citado, os comunitários relataram a falta de atenção que as instituições instaladas no município dão a esta reivindicação. Principal meio de acesso ao Pronaf e outros programas como Minha Casa, Minha Vida e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a declaração não foi emitida, gerando transtornos entre a comunidade e os órgãos responsáveis pelo documento. Desejando políticas públicas que os atendam em relação à produção alimentar, os quilombolas veem na titulação o ponto de partida de mudança da realidade ao qual estão inseridos.

4. Saco Barreiro: reprodução social, paradigma do desenvolvimento rural sustentável e expectativa de um futuro melhor

4.1 A utopia do patrimônio familiar na comunidade

Como característica dos povos e comunidades tradicionais, a campesinidade aparece diversas vezes como um dos elementos que dinamizam as relações sociais no interior de uma

comunidade. A própria definição de quilombo relaciona, segundo Arruti (2006) apud Filho (20--, p.2) os aspectos da “ruralidade, forma camponesa, terra de uso comum, apossamento secular, adequação a critérios ecológicos de preservação de recursos [...]”, dentre outros, como formadores da identidade do grupo.

Wanderley (1996) enfatiza o modo como o camponês brasileiro se diferencia do tipo camponês tradicional descrito por Henri Mendras, alertando o campo de particularidade que o campesinato foi sendo moldado no Brasil, marcado pelas “lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família” (p.8). A precariedade, a instabilidade das situações vividas, a dependência, a busca por trabalho externo e o deslocamento espacial sucessivo são aspectos intrínsecos ao campesinato brasileiro.

Saco Barreiro é uma comunidade que possui traços do campesinato, vinculadas a sua formação. Desde a escravidão, até os dias atuais, os quilombolas dependem dos serviços executados nas fazendas da região, submetendo-se ao trabalho na grande propriedade. Executando atividades intermitentes e temporárias, buscam garantir o sustento imediato do núcleo, uma vez que as áreas destinadas a produção familiar não são suficientes para a renda mensal do núcleo familiar.

Nas feiras, alguns quilombolas comercializam os frutos que dão em suas hortas como mais uma garantia de sustento. Deve-se considerar que, tendo em vista, a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar (WANDERLEY, 1996, p.13).

Sendo expropriados sucessivamente de suas terras, o quilombo se situa em um lugar de fronteira, localizado entre um canavial e um córrego, que atualmente constitui-se como um lugar utópico, justificado pelo sonho de se estabelecerem definitivamente, o que Santos (1993) apud Wanderley irá denominar por “sede de terra” (1996, p.13). Os quilombolas lutam, portanto, pela construção de um território (Figura 8), que lhes proporcione condições para trabalho realizado com dignidade e vida honesta, onde se preserve a memória da família

e que ofereça condições para que as futuras gerações possa se reproduzir socialmente, justamente o ideário de construção de patrimônio familiar de uma sociedade camponesa tradicional.



Figura 8: Igreja da comunidade. Faixa que representa a luta pelo território. Foto: Marina Santos, set/2013

Para a concretização desse sonho, almejam a mudança da situação atual ao qual se encontram, através da valorização da produção que eles comercializam nas feiras, requerendo auxílio técnico que melhore a qualidade das culturas e criação. Inseridos na categoria de agricultores familiares, possuem o direito ao acesso a diversas políticas agrícolas, dentre elas o Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar (PRONAF), dando-lhes subsídios para melhoria e crescimento da produção.

Lamarche (1998) apud Silva (1999) ao estabelecer a ideia de dois modelos extremos, sendo um original e outro ideal, reproduziu a maneira como a agricultura familiar, inserida na economia de mercado, terá dificuldades quanto mais próximas estiverem dos extremos. Ou seja, no caso de Saco Barreiro, quanto mais próxima ao modelo original, mais suas culturas

serão perdidas, seja pela maneira que praticam seus tratos culturais, seja pela interferência dos fatores externos (adversidade do tempo, aspersão contínua de agrotóxico, dentre outras). Por outro lado, quanto mais próxima do modelo ideal ela estiver, mais estará sujeita a competitividade do mercado, pressões em relação ao alcance da melhor produtividade, portanto, exigências do modelo produtivista.

Pelo encurralamento ao qual estão submetidos, os quilombolas possuem área bastante restrita para a concretização do objetivo de fazer prosperar a produção de alimentos. Situação que motiva as atividades pluriativas dos comunitários, os lotes são bastante reduzidos para se dedicarem exclusivamente a agricultura. Querem melhorar a produção para se candidatar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas são deixados de fora por não atenderem aos requisitos e exigências contidas no edital. Em maio de 2015, Wilton comentou que o prefeito deseja criar um mercado municipal na cidade, retirando as feiras (Figura 9) das ruas, para que os produtores comercializem seus produtos todos os dias. Revelou-nos que sua produção não atenderá a uma comercialização diária, mostrando-se muito preocupado tanto com os produtos quanto com o aumento dos custos relativos ao gasto de luz, água e aluguel da banca que terá no novo mercado.



Figura 9: Feira local realizada aos sábados. Foto: Marina Santos, 02/05/2015.

A idealização do “verdadeiro agricultor”, citado por Carneiro (2006) e que serviu de referência para elaboração do Pronaf, como a figura daquele que demonstra grande capacidade de articular e competir com o mercado e ao mesmo tempo, absorver da atividade agrícola a maior parte de sua renda familiar não condiz com o cenário atual da comunidade. Os moradores necessitam realizar atividades pluriativas, mas ao mesmo tempo buscam a demarcação do território, na esperança de terras maiores, e a assistência técnica, a fim de se dedicar integralmente a produção dentro da unidade familiar.

Porém, a tendência atual leva a crer que as atividades exclusivamente agrícolas estão em declínio, modificando o cenário rural, ao mesmo tempo em que as políticas criadas estão sendo direcionadas a diversidade do trabalho dentro da propriedade e não fora dela. O rural tem se modificado, havendo interesse e inclusão das atividades das cidades no campo. Essa nova dinâmica está intimamente relacionada ao paradigma do desenvolvimento rural, este que dará origem ao desenvolvimento rural sustentável, encontrando-se a lógica da elaboração de políticas que promovam esse fim as comunidades quilombolas, tratada a seguir.

4.2 Desenvolvimento rural e o fenômeno da pluriatividade

O quilombo, assim como todas as comunidades tradicionais, possuem uma Política Nacional de Desenvolvimento¹⁸ Sustentável própria, promulgada através do decreto nº 6040/2007, cujo objetivo centra-se na conquista pela garantia dos direitos territoriais, sociais, econômicos e culturais, ressaltando o respeito em relação às particularidades destes povos, sendo a identidade característica principal. A preocupação em atrelar os conhecimentos tradicionais do presente com as melhorias da vida comunitária que garantirão a sobrevivência das gerações futuras são o ponto central do documento, uma vez que, a valorização cultural é primordial para a manutenção do patrimônio da comunidade.

Essa proposta desenvolvimentista está calcada na noção de desenvolvimento local, este que se ampara ao paradigma de que a autonomia de uma comunidade deve ser preservada, havendo a

¹⁸ Não há uma definição precisa para desenvolvimento. Gustavo Esteva (2000) defende que o exagero de significados atribuídos ao termo resultou na imprecisão do seu sentido, sendo intimamente comparado ao perfil de uma ameba. Sinônimo de “crescimento, evolução e maturação”, o desenvolvimento revestiu-se a “um sentido de mudança favorável, de um passo simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor” (p.64).

possibilidade de que se tenha certa liberdade coletiva, onde cada membro poderá formar sua própria concepção de desenvolvimento, se articulando e criando estratégias de reprodução social. Wilton, quando indagado sobre o significado do termo, conciliou sua noção ao crescimento de uma planta, que possui raízes fincadas no passado e que no presente se incumbem de conquistar tudo àquilo que seus antepassados não tiveram acesso, através de oportunidades de apoio a produção dadas pelo governo, como também o conhecimento que alimenta seu crescimento, exposto em sua fala transcrita abaixo,

Tudo que nasce quer crescer né? Igual, nois começou lá no nosso tataraneto, [...] não teve poder de crescer porque não existia espaço pra eles trabalhar, eles viviam debaixo das asas dos fazendeiro porque os fazendeiro emprestava eles os dinheiro pra segurar eles, eles pegavam aquele dinheiro eles tinham que trabalhar ali três, quatro meses até pagar aquele dinheiro. Quando eles pagavam aquele dinheiro, eles já tinham que pegar outro porque as vezes já tava no dia de fazer compra ou já tinha tomado do outro por causa duma doença, de alguma coisa. Só que hoje mudou porque a gente tá vendo que pra gente crescer hoje já não depende muito do fazendeiro né? A gente tem coragem de trabalhar, existe a terra, Deus abençoando que existe a água, a gente cresce, né? Tendo a força, igual a gente tá falando, dos órgãos que vem que ta dando a gente força, dum Pronaf né? Como diz, conhecimento né, pra gente crescer. (WILTON DE ALMEIDA, 03/05/2015)

Apesar das circunstâncias relatadas anteriormente, com o amparo da lei, programas e ações, a comunidade de Saco Barreiro dispõe de oportunidades para crescer, contrapondo as políticas que até pouco tempo eram direcionadas apenas aos latifundiários e empresas da região. Porém, cabe realizar aqui uma breve análise através de autores como Sergio Schneider e José Graziano da Silva acerca de como as políticas públicas direcionadas ao grupo étnico representa um importante plano de ação para a concretização do desenvolvimento rural, considerando a importância que a pluriatividade possui para as relações familiares.

Através de seus eixos de ação, o Programa Brasil Quilombola possui a capacidade de fornecer às comunidades a oportunidade de acesso a direitos fundamentais, proporcionando cidadania e expectativa de vida. É necessário, segundo Silva (2001) que os campos sejam dotados “de infra-estrutura e serviços que assegurem à população ali residente as mesmas condições de vida que poderiam encontrar na cidade” (p.18-19). Portanto, é importante que se siga a proposta que rege o programa, partindo de seus executores a preocupação com a ênfase relacionada a identidade, cultura e, principalmente, a especificidade de cada comunidade.

A política relacionada ao eixo 3 do documento que trata sobre “Inclusão produtiva e desenvolvimento local” apresenta ações que promovem o “desenvolvimento produtivo local e

autonomia econômica das comunidades” (p.10), com preocupação em atender as demandas agrícolas e não agrícolas de cada quilombo. Todos os programas¹⁹ que integram esse eixo atenderiam de forma satisfatória Saco Barreiro, pois, as pretensões de grande parte dos comunitários convergem para a utilização de seu trabalho em comunidade, obtendo reconhecimento e incentivo local para crescer.

Contudo, atualmente, tanto os moradores que residem em Saco Barreiro quanto os que habitam na cidade estão imersos em relações pluriativas, podendo ser considerados de acordo com Silva (2003) apud Souza et al.(2008), semi-proletários, ou seja, realizam trabalho de longa jornada, acessório e motivado pela baixa produtividade resultante da tecnificação insuficiente e baixa qualidade dos recursos naturais que dispõem. São as dinâmicas do entorno que forçam a busca por outras ocupações, com diferenciação social no campo. De um lado estariam os quilombolas, que em Pompéu representam parte da reserva de mão de obra, seja para os fazendeiros, seja para Agropéu; e por outro, estes que se modernizaram e tecnificaram, integrantes do modo capitalista de produção.

No âmbito do Novo Rural, a região de Pompéu ainda encontra-se na ideologia de que o rural é estritamente agrícola, com grande aparato de modernização, áreas extensas relacionadas à monocultura da cana de açúcar, produção leiteira e eucaliptais. Porém, ressalta-se uma característica atribuída por José Graziano et al. (2002) referente as atividades agrícolas produtoras de commodities ligadas à agroindústria, causando-se pressão não somente aos quilombolas, mas aos assentados, indígenas e fazendeiros, estes últimos que arrendam suas propriedades a empresa.

Por outro lado, mas representando complementaridade ao exposto, Schneider (2009) discutirá que a pluriatividade se deve muito mais as respostas do indivíduo e seu núcleo familiar, relacionada às estratégias sociais e produtivas das famílias, em retorno ao contexto em que estão inseridos. A causa da pluriatividade de Saco Barreiro é o reflexo da vulnerabilidade socioambiental ao qual está sujeita, que segundo Ellis (2000) apud Schneider (2009, p.5) pode ser entendida como uma estratégia de reação resultante de uma situação de risco.

¹⁹ Ações integrantes do eixo 3: Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Programa Cisternas, Segurança Alimentar e Nutricional, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Assistência Técnica e Inclusão Rural Quilombola (ATER), Selo Quilombos do Brasil, Programa Brasil Local: Economia Solidária (p.30).

Encurralados pelo canavial, articulam-se ao capitalismo circundante através da inclusão dos membros ativos nos diversos trabalhos disponíveis em Pompéu, algo que faz parte da história dos Almeida. Além de suplementação de renda, a busca por trabalho também é uma ferramenta de troca de conhecimento, uma vez que ao mesmo tempo em que entram em contato com novas tecnologias, também possuem a oportunidade de transmitir a maneira como aprenderam, com seus antepassados, as práticas de determinados ofícios.

Nesse contexto, Silva e Schneider defendem um desenvolvimento rural que atenda as mudanças que estão ocorrendo no campo, atentando para a importância que a pluriatividade tem no interior das unidades familiares, atendendo as expectativas e interesses de indivíduo e comunidade. Silva (2001) enfatiza a necessidade de se criar políticas de desenvolvimento que viabilizem o estímulo a geração de renda e ocupações agrícolas para o rural, priorizando a participação dos beneficiários na elaboração das políticas, desde que haja organização social com o objetivo de promover o desenvolvimento local.

Uma das preocupações de Schneider (2007) encontra-se na forma como essas políticas chegam ao campo, dando ênfase a necessidade de se orientar e capacitar seus gestores e formuladores, uma vez que a monoatividade e a perspectiva agrícola direcionada a agricultura familiar vem perdendo força em certas localidades, destacando a diversidade ocupacional no campo. Segundo o autor, o desenvolvimento rural somente será atingido havendo respeito quanto às características sociais e territoriais de cada região do país.

Dentro dessa lógica, a fim de compreender a visão de futuro da comunidade quilombola de Saco Barreiro, como também dando continuidade aos diagnósticos anteriores (Mapas do Passado e Presente), foi elaborado um Mapa do Futuro com os quilombolas. A utilização dessa ferramenta foi primordial para identificar as reais necessidades da comunidade de acordo com as propostas de vida, adequando às possibilidades da aplicação das políticas públicas existentes a essas propostas, incluindo a demarcação do território.

4.3 Uma projeção para o amanhã: a construção do Mapa do Futuro

Em três de maio de 2015 foi realizado na Comunidade de Saco Barreiro uma dinâmica de grupo (Figuras 10 e 11), ferramenta oriunda do Diagnóstico Rural Participativo, com o intuito

de traçar, junto à comunidade, uma projeção para futuro, isento dos problemas atuais e com a conquista da titulação do território quilombola. Cerca de 25 membros participaram do exercício, tanto os moradores do núcleo rural como os que moram na cidade de Pompéu e Pitangui.

Tendo como referência os mapas do passado e do presente, realizado no mês de setembro com os moradores, representantes de cada família puderam escolher no mapa as localidades onde queriam construir suas casas, com o intuito de verificar se preferiam morar nos terrenos de seus antepassados ou em locais onde os recursos naturais são mais abundantes, sendo esta a escolha que prevaleceu durante a dinâmica.



Figura 10: Elaboração do Mapa do Futuro de Saco Barreiro. Foto: Marina Santos, 03/05/2015.



Figura 11: Elaboração do Mapa do Futuro de Saco Barreiro. Foto: Marina Santos, 03/05/2015.

Em relação às atividades econômicas, houve grande escolha por continuarem trabalhando com a terra, obter o sustento através do plantio e criação de animais. Das culturas agricultáveis, optaram pela mandioca, feijão, banana, arroz, milho e árvores frutíferas e, quanto à criação, optaram pelas galinhas, porcos, peixes e vacas.

Quanto às atividades comunitárias, demonstraram grande interesse na construção de um pequeno laticínio, com o intuito de vender os subprodutos na cidade, além de requisitarem um galpão para moer farinha, outro para acondicionamento de argila, esta que irá servir de matéria prima para iniciarem atividades relacionadas ao artesanato e uma oficina, com a finalidade de realizar a manutenção dos tratores agrícolas.

As atividades citadas pelos comunitários podem se enquadrar na pluriatividade interna ao grupo, onde os mesmos desenvolvem trabalhos no interior da propriedade, com traços, segundo Sérgio Schneider (2009), de pluriatividade tradicional ou camponesa, ou seja, a “combinação de atividades de produção, transformação e artesanato” (p.8); como também apresenta características relacionadas à pluriatividade para-agrícola, sendo um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que promovem o beneficiamento de derivados agrícolas,

que de acordo com o autor “resulta de atividades ligadas à produção de derivados de leite, cana, carnes, frutas e outros que passaram a ser processados e transformados no interior da propriedade mediante agregação de valor. No Brasil, estes empreendimentos vêm sendo chamados de agroindústrias rurais familiares” (SCHNEIDER, 2009, p.11).

Após todos escolherem o melhor lugar para se morar e trabalhar, em conjunto refletiram sobre em qual lugar seria possível construir equipamentos públicos como escola, posto de saúde, além da igreja, desejo comum a retomada de aspectos ligados à religiosidade do passado, como também para criação de novas devoções, como a Nossa Senhora do Rosário, santa reconhecida como protetora dos negros. Discutiram sobre a necessidade de se ter um orelhão na comunidade, antenas de telefonia e serviço de transporte coletivo de passageiros no campo, duas vezes por semana ou aos feriados.

O centro comunitário foi citado, importante para as reuniões realizadas pelos comunitários, sendo local para as discussões e decisões conjuntas para o futuro. O lugar do campo de futebol foi cuidadosamente escolhido, pois constitui ambiente de lazer, sendo palco dos campeonatos locais que os quilombolas disputam com os indígenas da etnia Caxixó, por exemplo.

Discutiram também o melhor lugar para se retirar lenha, importante combustível para as fornalhas e fogões, sendo, antes de tudo, um espaço comunitário, onde que todos poderão usufruir. O local seria composto por vegetação regenerada do Cerrado, desde que com autorização dos órgãos ambientais, idealizando um ambiente destinado ao extrativismo vegetal. Indicaram, também, um lugar para criação de reserva legal e áreas de preservação permanente, importantes, segundo eles, para a proteção das nascentes, dos rios e córregos da área, havendo preocupação com a água do território.

Todos se envolveram na atividade, havendo interesse pelo debate e nos detalhes do mapa. Questionados em relação ao que aconteceria se nada mudasse, se os conflitos permanecessem, foram unívocos: ou todos vão embora (êxodo rural) ou vão morrer ali mesmo, contaminados pelo agrotóxico.

Instigando a reflexão dos quilombolas acerca de sua realidade, a atividade proporcionou um novo olhar para Saco Barreiro tanto dos participantes quanto dos promotores da dinâmica. Os moradores reconheceram que sua participação nas lutas, juntamente com o líder comunitário,

revela-se de enorme importância, uma vez que, a união é a principal fonte de resistência comunitária. O resultado final do trabalho (Figura 12) gerou surpresa em relação à similaridade dos três mapas, que ficaram expostos aos participantes.

A titulação da terra é primordial para que, quem sabe, tudo o que foi discutido através deste mapa se concretize. Sendo a propriedade da terra a base para que as outras ações públicas sejam postas em plano prático, as lutas comunitárias continuarão, mas motivadas por outras razões. Expandindo-se o território, outras expectativas de vida se abrem tanto para aqueles que convivem com os problemas do núcleo rural quanto para os que tiveram que sair por falta de espaço.

O pertencimento, agregado ao reconhecimento da identidade do grupo, torna-os mais fortes, abdicando-se do medo e receio provenientes do passado, que segundo Boaventura (2008) é concretizado num quilombo que “confronta projetos e modelos de desenvolvimento, questiona certas formas de ser e viver, certos usos dos recursos naturais, seus usufrutos, o parentesco, a herança, as representações políticas [...]” (p.175). Saco Barreiro encontra-se nesse processo, lutando pelo direito de um futuro melhor.

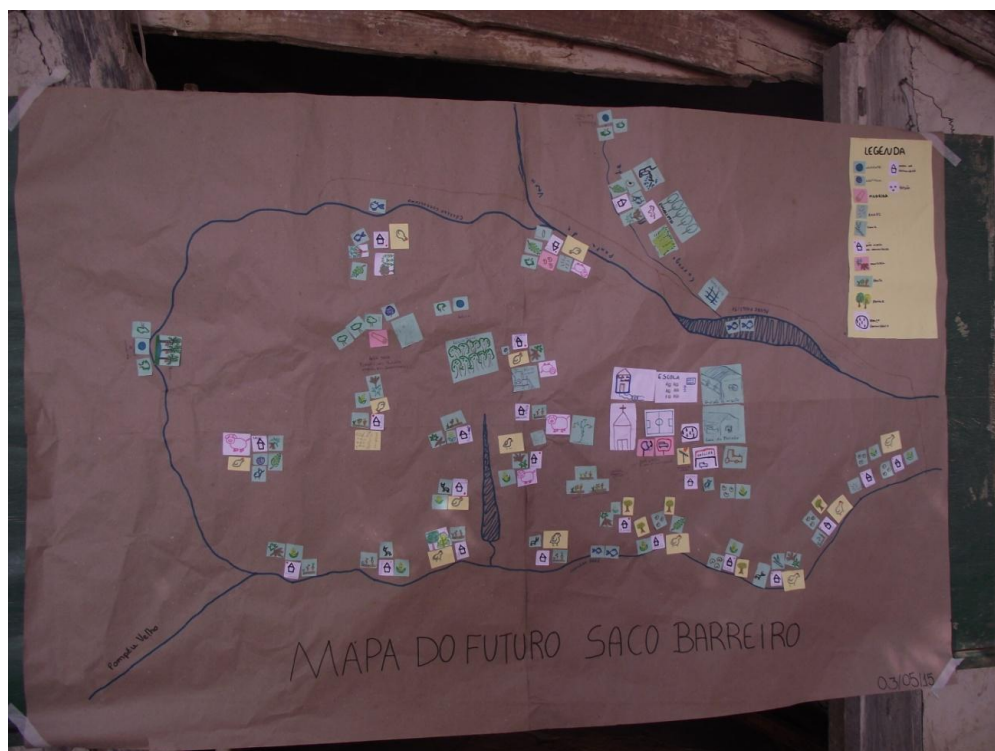


Figura 12: Mapa do Futuro da Comunidade de Saco Barreiro. Foto: Marina Santos, 03/05/2015.

5. Conclusões

As comunidades quilombolas, apesar de possuírem direitos fundamentais garantidos através de legislação que deu suporte a elaboração de políticas direcionadas ao grupo étnico, ainda convivem com o controle e expropriação de seus territórios, havendo elementos externos que os restringem de reproduzir-se socialmente.

Saco Barreiro não se distancia dessa lógica, sendo que o encurralamento, as pressões externas advindas das empresas ao seu entorno, as legislações que os impedem de usufruir do território que ainda possuem e, a existência da contaminação por agrotóxico, por diversas vezes negada pelas instituições do município, são alguns exemplos de que os obstáculos existem e crescem de maneira absurda.

As condições de precariedade ao qual estão submetidos, ao mesmo tempo em que constituem artifícios de pressão sobre os moradores, representam elementos fixadores dos quilombolas, que acreditam que o reconhecimento étnico irá auxiliá-los na luta pelo território. A voz deixou de se calar através da participação nos encontros do movimento quilombola, onde há o compartilhamento dos problemas e exemplos de mudanças nas comunidades quilombolas, tanto do Estado de Minas Gerais como do Brasil.

As políticas públicas criadas para atendimento aos quilombolas constituem alternativas muito importantes para o fim da marginalização a qual essas comunidades estiveram submersas durante décadas. Porém, há de se entender que é necessário que os poderes locais integrem e se empenhem no esforço de atraí-las para as comunidades presentes em seus municípios, havendo reciprocidade de ações e reivindicações, devendo partir tanto do lado dos governantes, quanto do lado dos quilombolas.

Em Pompéu, para que a burocracia e a morosidade das reivindicações dos quilombolas deixem de representar entraves às requisições, há necessidade que ambos os lados se instruam, se conheçam e reconheçam um no outro a oportunidade de modificar a realidade do meio rural. Se para os quilombolas a Declaração de Aptidão ao Pronaf, juntamente com o atendimento a uma assistência técnica atuante é algo de extrema importância, cabe aos órgãos responsáveis o esforço para que haja concretização dessa reivindicação, desde que cada indivíduo colabore e entenda as limitações um do outro.

A troca de experiências constitui-se como algo primordial para que um trabalho em conjunto seja realizado, havendo grandes possibilidades de conclusões bem sucedidas. A execução de

ações presentes no Programa Brasil Quilombola ou a elaboração de políticas que atendam as comunidades para a melhoria de sua produção econômica, abdicando-se de modelos previamente definidos e que atenda aos anseios e desejos dos quilombolas podem promover a qualidade de vida tanto em Saco Barreiro como das diversas comunidades rurais, culminando no tão discutido desenvolvimento local.

Os formuladores de políticas públicas devem apoiar e criar mecanismos que atendam as demandas das comunidades, que a exemplo de Saco Barreiro sonham em obter seu sustento através das atividades realizadas em comunidade, como o artesanato, produção de derivados do leite e produção de farinha. Com participação dos órgãos municipais, o mercado local deve ser estimulado, promovendo a comercialização dos produtos.

A busca pela autonomia territorial da comunidade de Saco Barreiro transborda sua resistência diante dos obstáculos aos quais se deparam, substrato onde seus desejos poderão se tornar reais desde que a coesão comunitária integre as lutas pelos direitos por vezes negligenciados. Em suma, o sentido de pertencimento atribuído às comunidades quilombolas refere-se à independência de gestão do espaço, fortalecidos pelos laços de parentesco, e, sobretudo, o reconhecimento de direito sobre determinado território, isento das ameaças e perseguições que acompanham sua história. Adquirindo a posse das terras pleiteadas ao INCRA (Figura 13)²⁰, Saco Barreiro iniciará um novo ciclo, que se reverterá em combustível para que a luta e resistência se perpetue, mantendo acesa a busca por um futuro melhor.

²⁰ Demarcação realizada através de percurso pelos principais pontos onde a comunidade exerceu e exerce sua territorialidade, registrado por GPS.



Figura 13: Território pleiteado pela Comunidade de Saco Barreiro. Fonte: Imagem de Satélite Google Earth, DATA DATA. Elaboração: Carolina Panzera, 2014.

6. Referências Bibliográficas

ARAUJO, F. BARBOSA, R.P. O estado e as reformas pós década de 90: movimentos sociais, terceiro setor e educação não-formal. Aurora, ano III, nº5, p.24-31, 2009. Disponível em:<<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/ARAUJO.pdf>> Acesso em 13 de abril de 2015.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista brasileira de ciências sociais, vol.18, nº51, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15981>> Acesso em 30 de março de 2015.

ARRETCHE, Marta. HOCHMAN, Gilberto. MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. Google Acadêmico. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=iBP0AgAAQBAJ&pg=PA14&lpg=PA14&dq=chamada+%22divida+social%22+do+Estado+brasileiro&source=bl&ots=aE8XfME812&sig=qME01ETdVD36tNXRh8cLMW6rN8&hl=ptBR&sa=X&ei=BsAqVd3TFofAggSi8YCoDQ&ved=0CDQQ6AEwBA#v=onepage&q=chamada%20%22divida%20social%22%20do%20Estado%20brasileiro&f=false>> Acesso em 12 de abril de 2015.

ARRUTI, J. M. Quilombos. In: Raça – Novas Perspectivas Antropológicas, edited by Osmundo Pinho; Lívio Sansone. e ed 1. Vol. 1.p. 102-121. 2008 Salvador: EDUFBA Disponível em: < <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/quilombos-2013-jose-mauricio-arruti> >Acesso em 14 de abril de 2015

ARRUTI, J. Políticas públicas para quilombos – Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da saúde. 2008. Disponível em http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigos Acesso em 25 de maio 2015.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm> Acesso em: 18 de maio de 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em 18 de maio de 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm Acesso em 18 de maio de 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria da Agricultura Familiar. Diagnóstico Rural Participativo Guia prático DRP. Brasília, 2006. Disponível em:< <http://www.bs.cca.ufsc.br/publicacoes/diagnosticoruralparticipativo.pdf>> Acesso em: 30 de abril de 2015.

BRASIL, Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas *Programa Brasil Quilombola*. Brasília: 2013. Disponível em:< <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/guia-pbq>> Acesso em 19 de maio de 2015.

BRASIL, Fundação Cultural Palmares. Legislação. Disponível em < http://www.palmares.gov.br/?page_id=106> Acesso em 3 de maio de 2015.

Brasil Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Quilombolas. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/quilombolas>> Acesso em 3 de maio de 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 15 de maio de 2015.

CARDOSO, Lourenço. GOMES, Lilian. Movimento social negro e movimento quilombola: para uma teoria da tradução. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia. Disponível em:< http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307638313_ARQUIVO_artigo_conlab_ultimaversao5.pdf>Acesso em 20 de abril de 2015.

CARNEIRO,M.J.Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2006.

CARVALHO, M. L.A. Territórios na fronteira: desigualdades, resistências e lutas por direito na Comunidade Quilombola de Saco Barreiro – MG. 80 folhas. Trabalho de conclusão de curso – TCC. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2014.

COELHO, A. F. Ameaças ao território conquistado: impactos socioambientais das atividades sucroalcooleiras sobre uma comunidade quilombola de Pompéu/MG. 47 folhas. Trabalho de conclusão de curso - TCC. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2013.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. P.100-122. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>Acesso em 16 de abril de2015.

ERTHAL, R. Território, territórios. Capítulo XII – A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. SACHS, W. Tradutores Vera Lucia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Editora Vozes, p.50-116, 2000.

FERREIRA, R.C. Laudos antropológicos, responsabilidades sociais. Dilemas do reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos. Civitas. Porto Alegre, v. 12. P. 340-358, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/11932/8132>> Acesso em 11 de maio de 2015

FILHO, A. C. Quilombos e povos tradicionais. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf> Acesso em 3 de maio de 2015

FROEHLICH, J. M. O local na atribuição de sentido ao desenvolvimento. Revista Paraná de desenvolvimento, nº 94, mai/dez, p.87-96, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. Leituras Afins. Editora Brasiliense 1ª edição 1980, 13ª edição, São Paulo, 1986

GRAZIANO DA SILVA, J. WEID, J,M,V,D,R. BIANCHINI, V. O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil_rural_precisa_estrategia_desenvolvimento_1.pdf> Acesso em 9 de junho de 2015

GRAZIANO DA SILVA, J..DEL GROSSI, M.E. O novo rural brasileiro. Oficina de atualização temática. Ocupações rurais não-agrícolas. P. 165-171.2002 Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf> Acesso em 28 de maio de 2015

HORTA, C.R.; MENDONÇA, C.P.; ALVES, F.A.; COSTA, J.J.; GIFFONI, J.M.S.; RICCIO, F.; MIRANDA, G. - Quilombolas de Minas Gerais: Uma Metodologia de Resgate de Identidades – Programa PROEXT/MEC/UFMG, Belo Horizonte, Usina do Livro, 2013.

LIMA, W. G. Política pública: discussão de conceitos. Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Interface (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012. Disponível em <<http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf>> Acesso em 20 de abril de 2015

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3) p. 965-977, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300015> Acesso em 28 de abril de 2015.

OLIVEIRA, L. A. Dona Joaquina do Pompéu: contribuições para o abastecimento da América portuguesa (1764–1824). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Volume 1 - Número 2 - Dezembro de 2009. Disponível em <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Dona%20Joaquina%20do%20Pompeu.pdf> Acesso em 7 de maio de 2015.

ROSTOLDO, J.P. Movimentos Populares e sociais: a sociedade brasileira em ação na década de 1980. ANPUH. XXII Simposio Nacional de História. João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.325.pdf> Acesso em 25 de abril de 2015.

RUA, M. G. Políticas públicas / Maria das Graças Rua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

SANTOS, A. F. M. "A história "tá é ali": sítios arqueológicos e etnicidade". In: SANTOS, A. F. M.; DE OLIVEIRA FILHO, J. P. Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó. [S.l.]: LACED, 2003. v. 9.

SCHENEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características para investigação. IN: GRAMMONT, Hubert Carton de.MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Facso – Serie Foro, 2009, v.1, p.132-161, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>> Acesso em 10 de junho 2015

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de Política pública*, Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007. p. 15-34.

SEBRAE - MG. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Políticas públicas, conceitos e práticas. Série políticas públicas, vol.7. 48 p. 2008. Disponível em:<<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C3%9ABLICAS.pdf>> Acesso em 25 de abril de 2015.

SILVA, Osvaldo Heller da. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. *Revista de Sociologia e Política*, nº 12, Universidade Federal do Paraná, p. 161-167. 1999. Disponível em:< <file:///C:/Users/marinasantos/Downloads/39271-145696-1-PB.pdf>> Acesso em 25 de maio de 2015

SOUZA, R.P. SOUZA, M.S. O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/9/78.pdf>> Acesso em 9 de junho de 2015

STIVAL, R.I. CASTOR, B.V.J. FERNANDES, V. Responsabilidade solidária: um importante instrumento para as políticas públicas ambientais. *Pol. Públ.*, São Luís, v. 17, n.2, p. , jul./dez.

2013. p. 455-465. Disponível em;< <http://www.redalyc.org/pdf/3211/321129418017.pdf>>
Acesso em 9 de junho de 2015

TEIXEIRA. R. O. S. A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar. A geopolíticas do risco e a produção de sofrimento social na luta dos moradores do bairro Camargos em Belo Horizonte – MG. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2014.

WANDERLEY, M. N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17 – Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, 1996.

APÊNDICE

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Marina Cruz dos Santos, declaro para todos os fins que o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado por mim, com o título Política pública e reconhecimento étnico: lutas, direitos e desejos da Comunidade Quilombola de Saco Barreiro – MG, como requisito para graduação, Bacharelado em Ciências Socioambientais, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, é inteiramente de minha lavra, estando todas as citações diretas e indiretas devidamente realizadas conforme normas de ABNT e com a devida autorização legal de uso.

Por ser expressão da verdade, assumo inteiramente e exclusivamente a responsabilidade legal que derive do referido texto.

Belo Horizonte, MG. 29 de Junho de 2015

Marina Cruz dos Santos